

10 Anos do Processo Seletivo Especial na UFPA: conquistas e desafios da inserção do movimento indígena no ensino superior paraense

10 Years of the Special Selection Process at UFPA: Achievements and challenges in the inclusion of the indigenous movement in higher education in Pará

10 Años del Proceso Selectivo Especial en la Universidad Federal do Pará: Conquistas y desafíos de la inserción del movimiento indígena en la educación superior paraense

Gabriel Silva Braga²
Universidade Federal do Pará

Denise Machado Cardoso³
Universidade Federal do Pará

Elaine Bruno Lima Baré⁴
Universidade Federal do Pará

Antônio José Marinho Aguiar Neto Piratapuia⁵
Universidade Federal do Pará

Resumo: O debate sobre o acesso dos povos indígenas nas instituições de ensino superior ainda é recente, considerando o tempo de existência das universidades e do ingresso de indígenas como estudantes em cursos de graduação. Marcado por conflitos e questionamentos às estruturas das universidades, o ingresso de pessoas originárias nessas instituições de ensino atende às demandas dos próprios movimentos indígenas. Na Universidade Federal do Pará, o ingresso na graduação ocorre a partir do Processo Seletivo Especial em 2010, o qual completou 10 anos em 2020. Este artigo busca compreender quais avanços ocorreram nessa primeira década, bem como sintetizar os desafios enfrentados nessa instituição. Para tal, pesquisaram-se os dados oficiais, realizou-se levantamento bibliográfico e entrevistas com três lideranças da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA. Dessa forma, compreende-se o avanço significativo da instituição na garantia da conclusão dos cursos desses e dessas estudantes, ao mesmo tempo, em que muitos espaços foram ocupados com vistas à inclusão dessas populações. Evidenciou-se que os principais desafios se referem ao enfrentamento ao racismo institucional e à permanência estudantil em um novo ambiente.

Palavras-chave: Povos indígenas; Ensino Superior; UFPA; Ações afirmativas; Políticas Públicas.

¹ Somos gratos ao colega Guilherme Luís Mendes Martins, doutorando do Programa de Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) e professor de língua estrangeira da rede estadual de ensino (SEDUC/PA), o qual contribuiu com a tradução e revisão deste artigo para a língua inglesa e língua espanhola.

² Mestrando no Programa de Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais. UFPA, Belém, Pará, Brasil. E-mail: gabriel.braga@ifch.ufpa.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6883535224214751>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4159-4688>.

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: denise@ufpa.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2685857306168366>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4992-8286>.

⁴ Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais. Belém, Pará, Brasil. E-mail: bblaine09@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0732745295795423>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8823-6989>.

⁵ Graduado em Jornalismo (FACOM/UFPA). Belém, Pará, Brasil. E-mail: neto.rionegro@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9282513612074109>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6857-6191>.

Abstract: The debate on the access of indigenous peoples to Higher Education Institutions is still recent, considering the existing time of universities and the entry of indigenous students into undergraduate courses. Marked by conflicts and questioning of university structures, the entry of indigenous individuals into these educational institutions meets the demands of indigenous movements themselves. At the Universidade Federal do Pará, undergraduate admission began with the Special Selection Process in 2010, which celebrated its 10th anniversary in 2020. This article seeks to understand the advances that have occurred in this first decade, as well as to summarize the challenges faced by this institution. To do so, we researched official data, conducted a literature review, and interviewed three leaders of the Association of Indigenous Student Peoples at UFPA. In this way, we understand the significant progress of the institution in ensuring the completion of these students, while many spaces have been occupied with a view to the inclusion of these populations. It was evident that the main challenges relate to addressing institutional racism and student retention in a new environment.

Keywords: Indigenous peoples; Higher education; UFPA; Affirmative Actions; Public Policies.

Resumen: El debate sobre el acceso de los pueblos indígenas a las Instituciones de Educación Superior sigue siendo reciente, considerando el tiempo de existencia de las universidades y la entrada de estos pueblos que se caracteriza por conflictos y cuestionamientos a las estructuras universitarias. En la Universidad Federal de Pará (UFPA), el ingreso a la educación superior se inició a través de la aprobación del Proceso de Selección Especial en 2010, que cumplió 10 años en 2020. Este artículo tiene como objetivo comprender los avances que han tenido lugar en esta primera década, así como resumir los desafíos enfrentados dentro de la institución. Para ello, se recopilaron datos a través de revisión bibliográfica y entrevistas con tres líderes de la Asociación de Estudiantes Indígenas de la UFPA. De esta manera, se aprecia el avance significativo de la institución en la garantía de la graduación de estos estudiantes, al mismo tiempo que se ocuparon muchos espacios para la inclusión de estas poblaciones. Sin embargo, los desafíos persisten, como la lucha contra el racismo institucional y la permanencia estudiantil en un nuevo entorno.

Palabras clave: Pueblos indígenas; Educación superior; UFPA; Acciones Afirmativas; Políticas Públicas.

Recebido em: 03 de setembro de 2024

Aceito em: 14 de outubro de 2024

Acesso de Indígenas Estudantes ao Ensino Superior no Brasil

O ingresso de indígenas no ensino superior integra um conjunto de reivindicações desses povos como garantia de direitos previstos na Carta Magna brasileira, promulgada em 1988. Nesse aspecto, o acesso à educação que exerça a interculturalidade dialoga com o início do processo de aprendizagem até o nível superior. Este conceito define-se como a constante troca de saberes, informações e aprendizados entre quem ensina e quem está aprendendo (Bergamaschi, 2015).

Dentro deste aspecto, inclui-se também o incentivo para que esses estudantes sejam estimulados para seguir nos estudos ao entrar na graduação e seguir na pós-graduação.

Os espaços institucionais são historicamente ocupados por pessoas não indígenas, o que mostrou necessária a articulação do movimento indígena para que os seus direitos básicos pudessem ser garantidos. Incluso nessas reivindicações, a escola e o direito à educação diferenciada que siga os parâmetros da cultura de cada povo indígena são exemplos de demandas dessas populações. Esse fator também avança junto às exigências por mais políticas públicas que atendam às especificidades dos povos indígenas.

A luta dos movimentos indígenas e indigenistas por políticas e práticas diferenciadas relaciona-se ao avanço escolar indígena, permeado pela resistência à educação escolar universalizante, que não levava em conta sua especificidade e diversidade cultural entre as etnias. Entretanto, a literatura nacional mostra que, apesar do empenho dos povos indígenas para concretizar os instrumentos legais integrantes do sistema educacional, há ainda muita dificuldade por parte das instâncias do Estado para desenvolver políticas públicas na perspectiva intercultural (Ressurreição, 2015, p.67).

Nesse sentido, os estudantes que adentram o ensino superior tornam-se agentes estratégicos e porta-vozes de suas comunidades diante o modelo tradicional de universidade, em que um perfil socioeconômico favorecido era comum de visualizar. A partir da implementação das cotas sociais no ensino superior, foi possível mudar esta realidade com a Lei N.º 12.711/2012, a qual discorre no artigo 1.º da necessidade de reservar 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio realizado em escolas públicas (Brasil, 2012).

As universidades públicas são espaços de aprendizagem e visualizadas pelas famílias brasileiras de classe baixa como transformação social e ascensão econômica para se construir um novo futuro sem desigualdades financeiras. No que tange aos povos indígenas, essa lei garante o ingresso no ensino superior de acordo com o artigo 3.º, o qual prevê a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (Brasil, 2012).

Contudo, o acesso para povos indígenas não ocorreria em grande número apenas disputando um processo seletivo – o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – que considera comum o acesso à educação de estudantes usuários do ensino público e privado. As escolas públicas possuem menor capacidade estrutural que as privadas; ao se tratar de escolas indígenas, esse acesso é ainda mais desigual, visto que o ENEM é uma prova extensa, que não

transmite a realidade vivenciada pelos indígenas (sobretudo o aspecto cultural). Logo, o acesso por meio dessa cota mostra-se também um processo desigual.

Em vista desse fato, o movimento indígena paraense em articulação com docentes parceiros e parceiras de suas lutas exigiu e lutou pela garantia de um ingresso diferenciado nas universidades. No Pará, a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi o primeiro grande palco de reivindicações que se concretizou com a aprovação do Processo Seletivo Especial (PSE) no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 2009, cujo objetivo é realizar o ingresso dessas populações na UFPA de maneira diferenciada. A partir de 2010, a seleção inicia na universidade e segue em vigência até os dias atuais com ajustes constantes e seminários de aperfeiçoamento, realizados em consonância com a Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA).

Em 2020, o PSE completou 10 anos de existência enquanto política pública de expansão e diversificação do corpo discente na UFPA. Nesse contexto, esse estudo se justifica em função da crescente visibilidade que os indígenas construíram ao longo de suas lutas em torno das pautas pela saúde, educação, legalização de terras, cultura e modo diferenciado de vida que contradiz o sistema capitalista. Além destes fatores, os direitos dos povos indígenas mostraram-se atacados paulatinamente com as ameaças da demarcação temporal, redução de bolsas de assistência estudantil e incertezas da renovação do PSE anualmente.

Nesse sentido, é necessário pesquisar quais foram os impactos na universidade, avanços ao longo desses 10 anos, dificuldades e conquistas, a fim de saber o que a UFPA aprendeu durante essa primeira década de política afirmativa. Tais questionamentos nos levaram à produção desse trabalho, o qual é uma realização conjunta da APYEUFPA – principalmente com o apoio de Elaine Baré e Antônio Piratapuia na condução da pesquisa – e o Grupo de Estudos sobre Povos Indígenas Eneida Correa de Assis (GEPI/UFPA).

Dessa forma, essa pesquisa dividiu-se em duas etapas: (a) levantamento bibliográfico acerca do tema, tanto para o entendimento do contexto nacional, quanto da conjuntura local dos indígenas estudantes da UFPA, além da coleta de dados no Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos (CIAC); (b) entrevistas e conversas com os colegas sobre as vivências no campus de Belém, nos próprios cursos e demais espaços oferecidos pela universidade.

Política em debate: ocupando espaços de decisão

Os povos indígenas no Brasil possuem diversas agendas de luta para garantir a permanência do modo de vida diferenciado da lógica capitalista: educação bilíngue, focada na cultura de cada comunidade; saúde especializada; acesso ao ensino superior; e

demarcação das terras dos povos que nela habitavam há séculos antes da chegada dos colonizadores. Nesse sentido, de acordo com o artigo 231.º, da Constituição Federal, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988). Este reconhecimento em lei de direitos sobre a propriedade é necessário para mostrar as contradições existentes na conjuntura política enfrentada pelos povos indígenas, sobretudo no que se refere às discussões sobre o Marco Temporal que estão em constante debate.

O debate a ser feito é sobre a necessidade de o Estado reconhecer as diferenças existentes para os povos indígenas e a falta de fiscalização diante de constantes ameaças sobre as terras desses povos. Porém, essa negligência mostra-se uma política destinada a essas populações, os quais travam batalhas árduas com a autodemarcação dos próprios territórios, como forma de resistência e de pressionar o Estado para acelerar a garantia dos direitos assegurados na legislação brasileira. Nesse sentido, Molina (2017) discute sobre esse processo com os Munduruku (PA) ao enfrentar essas demandas.

As autodemarcações não se encerram no caráter de pressão sobre o governo, e estão longe de reduzir-se à dimensão técnica e a um momento pontual de um processo que, ele mesmo, não é apenas legal ou administrativo, mas também político – como a literatura antropológica não cansa de frisar há pelo menos três décadas (Molina, 2017, p.25).

Desse modo, percebe-se a luta e a resistência travadas por esses povos e o quão é fundamental que estejam em espaços políticos de decisão. Nesse sentido, de acordo com De La Cadena (2020), a cosmopolítica indígena se revela como uma alternativa de enfrentamento à modernidade, a qual é fundada na lógica europeizada e que impõe invisibilidades para determinadas vozes e visões, e tenta negar a existência de alguns humanos e não humanos.

Na separação dos povos, que atualmente consideramos “culturas”, existe um realce entre natureza e humanidade, cujo impacto se mostra contraditório nas relações estabelecidas entre as populações da região amazônica quando se refere às plantas, uma vez que se estabelece uma relação de respeito e afeto que resulta no cuidado com os outros que humanos que incluem plantas, animais e paisagem (De La Cadena, 2020). Nesse contexto, os povos indígenas trazem para a política “coisas” dos não humanos, as quais constituem a própria cosmogonia, o que De La Cadena (2020) enfatiza que é uma resposta à lógica da política estabelecida pelo liberalismo que tenta separar “humanidade” e “natureza”.

A presença dos seres-terra nos protestos sociais nos convida a desacelerar o raciocínio, pois pode evidenciar um momento intrigante de ruptura epistêmica com essa teoria política. Sua emergência se desentende - para usar a expressão de Rancière - tanto com a política quanto com a ciência; isso pode perturbar o lugar da enunciação do que é “política” – quem pode ser um ator político ou o que pode ser considerado uma questão política e, assim, embaralhar os antagonismos hegemônicos que por mais de quinhentos anos organizaram o campo político nos Andes, e que, gradualmente articulados através dos paradigmas moderno-científicos, baniram os seres-terras da política (De La Cadena, 2020, p.11).

Nesse sentido, os povos indígenas não deveriam ser visualizados pelo Estado e pela lógica do liberalismo como “inimigos”. Assim, a indigeneidade conecta-se com as decisões tomadas pelo Estado, por meio de uma formação histórica bastante complexa, mas a faz, de acordo com De La Cadena (2020), com práticas inclusivas, porém nega a diferença ontológica existente.

A partir destas concepções, a ideia de cosmopolítica de Stengers (2018) considera um grande desafio visualizar a existência de um mundo que não seja homogêneo, sobretudo na América Latina, onde existe uma pluralidade de povos indígenas. De acordo com essa autora, a cosmopolítica constitui-se do cosmos e da política, em que esta tenta realizar suas ações exclusivamente com seres humanos sem consideração de outros seres e entidades que devem ser consideradas. Nesse contexto, o cosmos é uma resistência ao movimento realizado pela política, a qual é necessária insistir para estar presente nas resoluções adotadas nas decisões.

Dessa forma, as noções empregadas pela cosmopolítica dialogam com a diversidade de lutas dos povos indígenas no Brasil e a necessidade de ocupar os espaços da política, para vocalizar as próprias demandas cujas ações do Estado tendem a negligenciá-las. Ao dialogar com as universidades e associar os conhecimentos oferecidos em consonância com os saberes tradicionais, os povos indígenas embasam as reivindicações por ocupar mais vagas no ensino superior, inserir-se nas Casas Legislativas, debater sobre saúde e educação diferenciada, dentre outros temas essenciais.

Das conversas com os protagonistas em meio à pandemia de Covid-19

A crise do coronavírus acarretou a mudança de perspectivas para a continuação da rotina do ensino superior. As universidades brasileiras foram afetadas diretamente com a paralisação, haja vista o protagonismo no âmbito da pesquisa de distintas áreas da ciência, em que houve pausas no trabalho de campo presencial, o planejamento acadêmico de aulas e os

dilemas do Ensino Remoto Emergencial (ERE) – os quais envolvem o acesso precário à internet em algumas regiões do Brasil, a falta de aparelhos eletrônicos adequados para assistir às aulas, o ambiente residencial ser um desafio para discentes cujas famílias são numerosas, dentre outras dificuldades.

Nesse contexto, o processo de construção da pesquisa enfrentou desafios de comunicação com os interlocutores e as interlocutoras, pois, com a chegada da pandemia de covid-19 e a paralisação das aulas, os colegas retornaram para casa nos municípios vizinhos – e até estados vizinhos, principalmente Amazonas e Maranhão. Outrossim, vale destacar a escolha do campus Guamá (localizado em Belém-PA) como foco da pesquisa, em função de ser o local que mais recebe indígenas estudantes e por ter a sede da APYEUFPA, porém a maioria destes estudantes não residem na capital.

Nesse sentido, para contornar essas adversidades, a metodologia proposta é a etnografia virtual (netnografia). De acordo com Lewgoy (2009), tanto o ciberespaço como a internet são locais de criações constantes de socialização entre indivíduos, assim como comunidades virtuais, em que se origina condição virtual para a existência humana. A pandemia também trouxe novos desafios para a Antropologia na área da pesquisa, sobretudo ao tecer relações a fim de realizar a etnografia. Nesse sentido, Miller (2020) discorre sobre esses desafios de construir as relações necessárias para a confiança na pesquisa de maneira online, mas sem perder a postura ética necessária para a ciência; além disso, o envolvimento nas próprias redes sociais pode ser decisivo para criar sensibilidade com os envolvidos nesse processo acadêmico.

A partir da realização de entrevistas e conversas com as pessoas envolvidas no diálogo a respeito de sua participação nesses 10 anos de PSE, buscou-se saber das conquistas e dos desafios enfrentados na instituição. Em função do contexto pandêmico, os meios digitais foram utilizados, como plataformas de reuniões do Google Meet e as redes sociais (WhatsApp e Facebook), para obter os relatos. O Quadro 01 mostra os resultados desta etapa.

Quadro 01 – Entrevistas com Indígenas Discentes

Perguntas Realizadas nas Entrevistas	Respostas dos Entrevistados
Pergunta 1: Quais espaços nas universidades foram conquistados durante esses 10 anos de PSE na UFPA?	Protagonismo feminino; MOBAF; presença indígena na seleção do PSE; auxílio moradia; pavilhão da inclusão; seminário do PSE; maloca dos povos indígenas; apoio da clínica de psicologia aos estudantes;
Pergunta 2: Quais as principais dificuldades no ingresso via PSE? Quais barreiras ainda existem para os estudantes na UFPA?	Divulgação e inscrição no PSE; documentação rígida; descentralização de Belém e Altamira para realizar as provas e entrevistas; educação nos territórios; permanência estudantil; mudança de rotina e adaptação; racismo institucional;
Pergunta 3: De que forma o conjunto dos discentes superam os obstáculos na graduação?	Coletividade; dividir aluguel/moradia; acolhimento entre os discentes;
Pergunta 4: Quais os desafios para concluir os cursos da graduação?	Diferença ambiental, adaptação, finanças, lidar com novas pessoas; educação escolar básica precária; a língua portuguesa como barreira para alguns indígenas; adoecimento psicológico;
Pergunta 5: Nesses 10 anos de inclusão de indígenas na UFPA, qual a importância da organização do Movimento Indígena e quais os processos de participação políticas em que se envolveram?	Envolvimento em campanha para reitoria da UFPA em defesa da democracia; disputa em eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE); representações no Conselho Universitário; conquista do pavilhão da diversidade; referência nacional da APYEUFPA;
Pergunta 6: Como é o processo de inclusão de discentes na pós-graduação?	Início da discussão do PSE foi no PPGD/UFPA (Direito) em 2008; PPGA (Antropologia), PPGSA (Sociologia e Antropologia), PPGHIS (História), PPGP (Psicologia), PPGED (Educação) oferecem vagas na pós-graduação; reserva de vagas é importante para garantir a inclusão; mais incentivo na iniciação científica ajudaria a entrada de mais indígenas na pós;

Fonte: Quadro construído pelos autores e pelas autoras a partir das entrevistas com os interlocutores.

No quadro acima, foram abordados os principais questionamentos acerca das vivências dos estudantes entrevistados para esta pesquisa. Devido à restrição da pandemia, garantimos conversas com três estudantes importantes que são lideranças do movimento indígena na UFPA: Telmiston Guajajara (discente do curso de Direito, ingressou em 2019), Eliene Rodrigues⁶ (discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA, ingressou na UFPA em 2012) e Virginia Braga⁷ (discente do curso de Administração, ingressou em 2016).

Ao longo do processo de solidificação das políticas públicas de ações afirmativas para povos indígenas na UFPA, o PSE passou por aprimoramentos a partir da luta organizada dos indígenas estudantes – sobretudo com a organização da APYEUFPA –, em que Fernandes (2018) descreve de forma detalhada quais foram os percalços enfrentados para criar essa associação e a referência criada em torno dela, tanto estadual, quanto nacionalmente.

Os relatos das lideranças convergem para três problemas estruturantes sobre os impasses enfrentados pelos indígenas no ensino superior: a) financeiro, de estrutura ou permanência, visto que muitos discentes optam pelo campus de Belém para cursar a graduação e são de outros municípios e, para concretizar este sonho, é necessário dinheiro para pagar os custos; b) pedagógico ou acadêmico, pois os estudantes possuem dificuldades com a língua portuguesa, normas técnicas acadêmicas, a diferença na educação básica entre a dos grandes centros urbanos e escolas da zona rural ou municípios afastados da capital; c) e, por último, a adaptação a uma nova vida, haja vista a mudança de rotina, alimentar, outras pessoas que possuem ritmos distintos da vida na comunidade, o clima e o ambiente de estudo, bem como a saudade de estar ao lado dos familiares e amigos.

Os dilemas enfrentados pelos indígenas perpassam desde a questão financeira até o racismo institucional. Conforme reforçam Braga e Cardoso (2022), os desafios encarados pelos indígenas estudantes da UFPA são resultados também de um despreparo institucional na falta de capacitação dos funcionários, desde o quadro de servidores até os terceirizados, o que sinaliza que ainda é preciso avançar internamente.

O PSE ainda é recente, considerados os 64 anos da UFPA, mas apresenta avanços como referência nacional de inclusão dessas populações no ensino superior. Também vale ressaltar a luta organizada do Movimento Indígena para a garantia de direitos na UFPA, a exemplo da participação política em processos de decisão: disputa do DCE, movimento estudantil e envolvimento nas eleições gerais de institutos e reitoria da universidade.

⁶ Durante a realização da pesquisa, Eliene ainda era estudante da pós-graduação, porém defendeu a tese de doutorado em 2023.

⁷ Durante a realização da pesquisa, Virginia ainda era estudante da graduação, porém colou grau no começo de 2023.

Outrossim, ocorre a discussão sobre a reserva de vagas de forma ampliada na pós-graduação, mas que é recente e restrito aos programas da área de humanidades, tais como educação, direito, psicologia, antropologia e sociologia. Dentre os relatos dos interlocutores e das interlocutoras, foi levantada a questão do incentivo à iniciação científica e à pesquisa voluntária que não acontece na UFPA. Em certa medida, é necessário o estímulo para a produção da ciência nos cursos de graduação como forma de continuar os estudos extraclasse, pois essa medida contribui para a procura das pós-graduações na universidade.⁸

Percebe-se, então, que o PSE e o sistema de cotas para indígenas na universidade pública são um direito em construção (Ressurreição, 2018), visto que é necessária a efetivação de ações destinadas para a convivência entre diferentes culturas e modos de vida, programas mais efetivos para a permanência estudantil, dentre outras medidas. Mas, de acordo com Fernandes (2018), esse compromisso necessita da participação dos interessados durante todo o processo de inclusão destes povos na UFPA. Portanto, é necessário o engajamento da comunidade docente, administração superior e movimentos indígenas e parceiros para garantir esse direito fundamental para a pluralidade.

Uma década de políticas afirmativas na UFPA

O PSE foi uma árdua batalha travada por indígenas estudantes e lideranças do estado do Pará cujo objetivo foi o ingresso diferenciado nos cursos de graduação. Importante ressaltar que os editais de seleção que previam o ingresso de forma diferenciada foram iniciados a partir de 2007, primeiro pelas pós-graduações em Ciências Sociais (atualmente Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA) e em Direito (PPGD), com reserva de vagas e, posteriormente, nos cursos de graduação. Fernandes (2018) perpassa por esse aspecto histórico dos eventos vivenciados durante a confirmação do processo diferenciado em 2010, em que trata dos novos sujeitos com o protagonismo desses indígenas no cenário acadêmico, bem como as movimentações dos líderes dentro e fora das universidades no Pará.

A importância de estar nesses espaços também perpassa pela construção de novos intelectuais, de indígenas intelectuais que se apropriam dos conhecimentos tradicionais da academia, mas que dialogam com os saberes desses povos em uma relação de troca, cujo objetivo é o bem-estar na sociedade. Este se mostra um dos grandes desafios nas universidades federais.

⁸ Ainda não há dados precisos sobre a inclusão de indígenas na pós-graduação. Contudo, esse tema é interessante para futuras pesquisas.

Aqui reside o maior desafio da formação superior de indígenas nos contextos das atuais Instituições de Ensino Superior, fundamentadas na organização, produção e reprodução de saber único, exclusivo, individualista e a serviço do mercado. O desafio é como esta instituição superior formadora pode possibilitar a circulação e a validação de outros saberes, pautados em outras bases cosmológicas, filosóficas e epistemológicas (Baniwa, 2019, p.171).

Dentro da UFPA, a partir da organização coletiva, esse cenário passa por uma mudança significativa, visto que o sentimento de coletividade mostrado por esses estudantes é um exemplo para o Brasil com a fundação APYEUFPA. É um dos fatores para que os estudantes possam enfrentar as dificuldades vivenciadas na UFPA. Todavia, a partir dessa auto-organização, foi possível cobrar da instituição seriedade na coleta de dados para caracterizar o perfil dos indígenas na universidade, a qual possibilita entender a realidade destes.

Conforme Braga e Cardoso (2022), os anos sucessivos do PSE foram marcados por muitos enfrentamentos para continuar a existir, uma vez que a política de ingresso por meio de reserva de vagas precisa ser acompanhada por políticas de permanência estudantil, a qual se constitui como uma das principais dificuldades enfrentadas durante a graduação.

O debate sobre permanência estudantil é fundamental para discentes racializados, pois abrange horizontes econômicos e educacionais. A exemplo da APYEUFPA como órgão de referência de auto-organização para os indígenas, as ações institucionais também são mecanismos para se recorrer quando existem dificuldades (Braga e Cardoso, 2022, p.379).

As ações de permanência estudantil são mecanismos que eram alvo de constantes reclamações desses estudantes, os quais não eram assistidos financeiramente. O resultado dessa medida é possível observar na figura 01, em que aborda um amplo panorama dos dados de ingressantes por cada ano de realização do PSE de 2010 a 2020.

Figura 01 – Ingresso por Ano de Indígenas na Graduação da UFPA



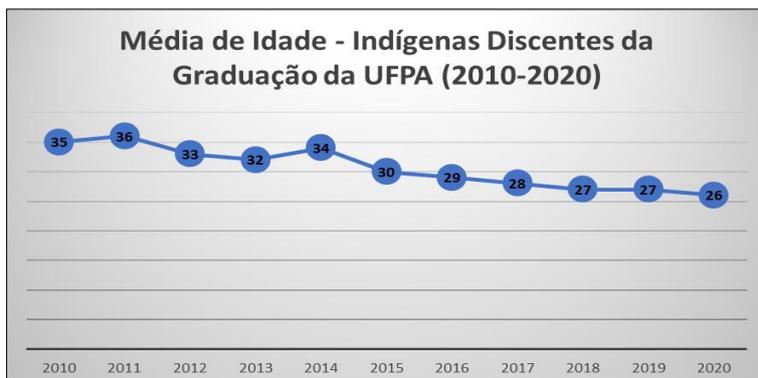
Fonte: Braga e Cardoso, 2022.

Em Braga e Cardoso (2022) houve o empenho para compreender quais as principais intercorrências desta década que refletiram nestes números com quedas significativas entre 2010 e 2014, os quais são os anos sem políticas de permanência estudantil. A partir do diálogo crescente com a administração superior e da auto-organização da APYEUFPA, o panorama dentro da UFPA sofre uma mudança significativa para os povos indígenas.

Outrossim, junto à política de permanência estudantil com editais para recursos financeiros, as medidas de programas de apoio e tutoria da universidade foram fundamentais para o crescimento de estudantes ingressos na universidade, cujos objetivos envolvem o auxílio aos estudantes no contraturno com aulas de suporte acadêmico, tais como aprendizado em normas da ABNT, dentre outros (Braga e Cardoso, 2022).

Nesse contexto, torna-se interessante constatar outra mudança ocorrida ao longo dessa década no que se refere à faixa etária dos indígenas estudantes, como se observa na figura 02. Percebe-se uma mudança para um público mais jovem a partir de 2016.

Figura 02 – Média de Idade de Indígenas na Graduação da UFPA



Fonte: Braga, Ferreira e Cardoso, 2022.

De acordo com os dados coletados⁹, percebe-se um declínio na média de idade dos discentes ingressantes por ano na UFPA. Inicialmente, em 2010, o público era adulto com média de 35 anos e se mantém por esta idade até os anos de 2014. Em seguida, nota-se a entrada em grande maioria de uma população mais jovem-adulta pelo PSE.

⁹ Esta pequena sessão foi publicada como capítulo de livro em Braga, Ferreira e Cardoso (2022), a fim de abordar o tema da juventude indígena, porém nesta passagem houve contribuições importantes realizadas durante apresentação deste trabalho no II Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Fernandes (2018) nos recorda da importância dos mais velhos serem vetores da disseminação do PSE da UFPA entre os povos indígenas que não possuíam acesso ao vestibular. A presença de estudantes mais experientes no auxílio durante as entrevistas do processo seletivo e a matrícula com entrega de documentações são fatores que contribuíram para impulsionar inscrições para concorrer às vagas. Os mais jovens constroem laços de segurança com quem já percorre esta estrada há mais tempo.

Esse processo de protagonismo de uma juventude indígena adequa-se também à conjuntura política que os jovens estão em destaque no que se refere à reivindicação de direitos sociais. Esse ingresso no ensino superior dialoga com a preocupação dos quadros do movimento indígena para ensinar os mais novos em uma prática militante (Munduruku, 2012). Nesse sentido, este novo público ingressante também se mostra determinado a se somar no movimento estudantil das universidades, pois os indígenas estudantes, por meio da associação, também integram as lutas em defesa do direito de concluir o ensino superior com qualidade, principalmente pelo ingresso dos mais jovens ocorrer durante o governo do ex-presidente Bolsonaro – o qual aplicou medidas de impopulares contra os povos indígenas.

Nesse contexto, a globalização permitiu o uso de certas tecnologias de maneira ampliada e sem fronteiras, sobretudo a internet, a qual possibilitou a disseminação de informações de maneira instantânea para quaisquer lugares do mundo. Em consonância a esse avanço das informações, muitos grupos sociais apropriaram-se dessas redes como meio para ecoar as suas lutas e demandas, sobretudo no Facebook e Twitter.

No que se refere aos povos indígenas, as redes sociais são também um espaço estratégico para a articulação de lutas em defesa de seus direitos, bem como a ampliação destes nacionalmente. Durante a realização dessa pesquisa no período do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o movimento indígena cumpria um papel de agente mobilizador dos movimentos sociais com muito protagonismo, em que frequentemente se observava a organização desse público em manifestações juntos aos movimentos sociais no Brasil inteiro, conforme a figura 03 em que os indígenas estudantes da UFPA estiveram presentes nas mobilizações em defesa da educação em Belém (PA).

Figura 03 – Ato de 30 de Maio de 2019 em Defesa da Universidade



Fonte: APYEUFPA (Facebook), 2019.

A participação em protestos em defesa dos direitos pela assistência estudantil e a garantia da renovação de um novo edital do PSE é fundamental para a existência desses povos nas universidades. Durante o governo Bolsonaro, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) atrasou a abertura de editais para concorrer a bolsas de permanência, para auxílio financeiro com os custos da graduação, um dos principais motivos para que os indígenas estudantes estivessem articulados.

Outrossim, a diversidade dos povos indígenas na UFPA avançou na primeira década de PSE, como é possível visualizar na figura 04.

Figura 04 – Etnias dos Indígenas na Graduação da UFPA



Fonte: Braga e Cardoso, 2021a.

De acordo com a figura 04¹⁰, percebe-se a maior presença do povo Tembé com 82 pessoas entre a população de indígenas discentes na UFPA, seguido dos Kuruaya com 30

¹⁰ Este curto tópico foi apresentado durante o IX Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: Etnocídio e as Estratégias de Resistência, organizado pela Universidade Católica Dom Bosco, e, neste artigo, conta com reflexões advindas desta apresentação. Conferir Braga e Cardoso (2021a).

indígenas, os Guajajara com 27 e dos Xipaya com 21 indígenas discentes. Em contrapartida, os Amanayé, Arapasso, Arara, Gavião do Maranhão, Jeripankó, Kaxyuanã, Manoki-Irantxe, Waiana Apalaí e os Xakanywa possuem 01 discente entre o público total de 412 indígenas que entraram na graduação nestes 10 anos.

Os dados apresentados dos povos ingressos na UFPA apresentam até onde abrangem as políticas públicas de ações afirmativas na UFPA, pois tratam de quais regiões conseguem alcançar. De acordo com a figura 04, percebem-se que etnias oriundas do estado do Pará são a maioria que adentram na UFPA, porém, de acordo com Fernandes (2018), existe um avanço de pessoas oriundas de outros estados do Brasil, sobretudo da região norte (Amapá e Amazonas) e da região centro-oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). O autor justifica este movimento facilitado em função do contato existente com os discentes antigos dos cursos, os quais possuem parentes em outros estados. Porém, durante o processo de entrevistas, percebeu-se um fator determinante para abranger mais inscritos no PSE UFPA: a ampliação e divulgação do processo para mais candidatos de distintas comunidades foi relatada como um apontamento para ser melhorado pela instituição superior. Nesse sentido, é necessário pensar em estratégias para que esta ampliação seja possível para que mais pessoas adiram ao PSE.

No âmbito do ensino superior, os discentes adentram as universidades como tática para as suas lutas por direitos sociais, visto que absorvem conhecimentos e profissionalizam-se para ajudar a comunidade. Observa-se na figura 05 uma grande demanda por cursos da área da saúde, do direito, licenciaturas e engenharia florestal.

Segundo Fernandes (2018), os indígenas estudantes passam por um processo diferente na hora de escolher o curso na instituição superior em que a pessoa não indígena não vivencia: escolher uma graduação que leve em consideração tanto os anseios individuais, quanto às necessidades para ajudar a comunidade. Nesse contexto, nota-se uma grande demanda pelos cursos que abrangem a saúde, educação e a área jurídica como grandes pilares para as escolhas no ensino superior. Estas opções perpassam pela escolha do que é urgente para o seu povo que perpassa o auxílio pela legalização do território em processos judiciais; a educação básica em escolas diferenciadas ou em processos envolvendo a língua materna; assim como a saúde é necessária para tratamento dos parentes nas aldeias.

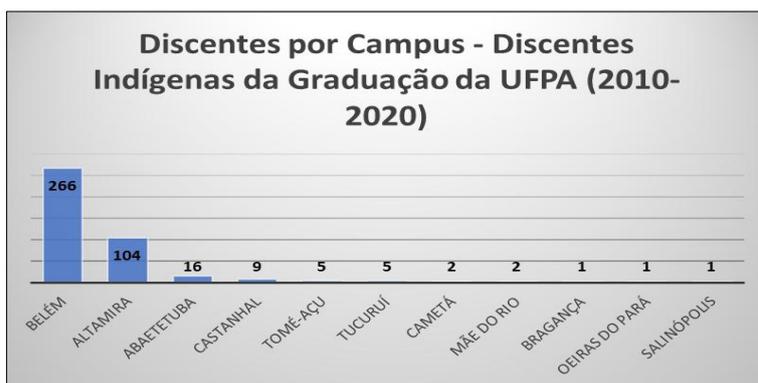
Figura 05 – 15 Cursos Mais Demandados pelos Indígenas na Graduação da UFPA



Fonte: Braga e Cardoso, 2021.

Outrossim, na figura 06, observam-se quais são os principais campi e polos escolhidos pelos estudantes. O campus Belém, localizado no bairro do Guamá, possui maior número de estudantes por concentrar mais cursos de graduação para escolhas, desde a área das ciências humanas, passando pelas engenharias, ciências sociais aplicadas e humanas, artes e a área da saúde. Em Altamira, predomina-se o curso de Etnodesenvolvimento com 21 inscrições, seguido por cursos da área de licenciaturas que alternam entre letras, ciências biológicas e geografia. Vale ressaltar também a existência dos cursos de Medicina e Agronomia, os quais também são procurados pelos indígenas estudantes do campus de Altamira.

Figura 06 – Principais Campi em que se Localizam os Indígenas na Graduação da UFPA



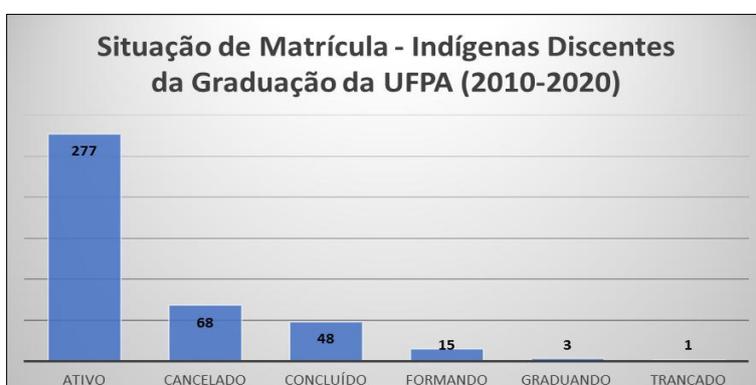
Fonte: Braga e Cardoso, 2021.

Nesse processo de implementação de políticas afirmativas, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Faculdade de Etnodiversidade, a qual abrange os cursos de Etnodesenvolvimento e Licenciatura em Educação do Campo, ambas graduações que

acompanharam o PSE na fundação¹¹. Estas seguem o compromisso com as necessidades dos povos indígenas, ribeirinhos, pescadores e do campo para o ensino superior e formar profissionais para atuarem nas comunidades sem a lógica produtivista, voltada para o capitalismo, mas sim de servir às necessidades de povos tradicionais.

Nesse contexto, a figura 07 mostra uma grande quantidade de estudantes com matrículas ativas na instituição, o que Fernandes (2018) alertou como um erro do sistema de dados da UFPA ao analisar as desistências desses estudantes. É difícil analisar os dados da figura 07, pois nem sempre a UFPA é informada dessas desistências.

Figura 07 – Matrículas dos Indígenas na Graduação da UFPA



Fonte: Quadro construído pelos autores e pelas autoras de acordo com os dados do CIAC.

Mostra-se necessário também observar a maior preocupação da UFPA para que o PSE possua maior precisão dos beneficiados com este processo seletivo, como forma de melhorar as estatísticas para saber onde estão os erros e o que carece de avanços para qualificar a entrada dos discentes.

Muitos indígenas ao desistirem, não seguem os trâmites burocráticos da Universidade, que requer que se faça o trancamento da matrícula ou o cancelamento, apenas retornam para as aldeias de origem, o que acaba mantendo sua matrícula ativa por muito tempo, não permitindo que o CIAC tenha números precisos sobre a desistência de indígenas (Fernandes, 2018, p.117).

Estes dados sobre as desistências, trancamentos e cancelamentos poderiam fornecer números precisos de quantos estudantes não conseguiram concluir seus cursos de graduação. Outrossim, existem também divergências de dados com a literatura utilizada quanto ao

¹¹ Tanto as figuras 05 e 06 e os debates levantados neste tópico foram apresentados no I Fórum Internacional Indígenas na História, organizado pela Universidade Federal do Maranhão (2021).

número de ingressantes por ano na universidade, de acordo com Fernandes (2018), o que reforça a necessidade de um banco comum e público de dados para aprimoramento do PSE¹².

Além disso, ao considerar a quantidade de alunos entre 2010 a 2014 temos 105 discentes; considerando o tempo médio para se formar de 06 anos, 48 concluíram a graduação, o que corresponde a 46% do universo citado anteriormente; além deste dado, 06 pessoas estão se formando deste recorte temporal. Desta primeira geração, 43 pessoas cancelaram o curso (aproximadamente 41% deste universo). Dentre as justificativas para tais números, os debates anteriores realizados pela adaptação, permanência e o racismo são primordiais para as desistências do ensino superior, pois com as vivências nas salas de aulas de comentários desrespeitosos fragilizam estes discentes.

Nesse sentido, iniciativas da clínica de psicologia da UFPA são fundamentais para poderem auxiliar no tratamento dos estudantes. O número de cancelamentos, entretanto, começa a diminuir a partir de 2016 quando ocorre uma mudança na administração superior e o diálogo com a associação ocorre de maneira mais compromissada. Adere-se também a este baixo quantitativo a coletividade construída quando as associações ocupam o bloco D, o pavilhão da diversidade e a criação da Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS), uma assessoria ligada à reitoria cuja função é pensar estratégias de garantia da diversidade e da inclusão de estudantes com vulnerabilidade social dentro da UFPA, o que mostrou um avanço significativo para os indígenas estudantes possuírem referências institucionais para auxiliá-los nas possíveis adversidades do cotidiano (Braga e Cardoso, 2022).

Considerações acerca deste estudo

O PSE UFPA demonstra um grande avanço no marco das lutas dos povos indígenas da região amazônica (visto que muitos discentes provêm de outros estados das regiões, tanto norte como da região centro-oeste). A luta organizada pela garantia de direitos para estes povos é fundamental para o avanço das políticas públicas de ações afirmativas para o PSE, o que mostra o protagonismo da UFPA na região Norte e um espelho para o Brasil. Outrossim, as entrevistas e dados da faixa etária apontam para um grande protagonismo de mulheres e jovens indígenas na graduação. Esta pesquisa possuiu como objetivo a contribuição para o aprimoramento deste processo.

A partir do levantamento destes dados, percebemos a necessidade de qualificar o controle de dados dos discentes indígenas na UFPA, pois os números em consonância com a

¹² Atualmente, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), por meio da Diretoria de Apoio a Docentes e Discentes (DADD), vem sistematizando os dados referentes ao ingresso de pessoas indígenas e quilombolas na UFPA, via PSE.

literatura apontam a incerteza no número de desistentes da graduação. Para melhorar o sistema de entrada e pensar formas de garantir a permanência destes, a UFPA precisa trabalhar para que o CIAC possua dados precisos dos discentes.

Outrossim, a nível federal, é importante haver a garantia de bolsa permanência e pensar mecanismos para melhorar a estabilidade destes discentes. O PSE é responsável por garantir diversidade na UFPA de pessoas que detêm histórias e conhecimentos ricos para agregar às universidades. O acesso às universidades é parte da garantia de direitos históricos como um reparo aos assassinatos de diversas etnias indígenas, as quais estiveram anteriormente à invasão do território brasileiro.

Nesse sentido, alguns apontamentos deste artigo incidem na necessidade de pesquisas sobre a pós-graduação na UFPA, por formar estes graduandos em futuros indígenas intelectuais a servirem a sociedade brasileira com seus conhecimentos, bem como incentivar a continuidade de estudos na pós-graduação com reserva de vagas para indígenas, mas também pensar mecanismos para incentivá-los à produção acadêmica na iniciação científica para, assim, esses discentes continuarem os estudos nas mais diversas áreas.

Referências

Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA). #30M | Mobilização nacional em defesa da educação. Belém, 31 de mai. 2019. *Facebook: APYEUFPA*. Disponível em: <https://www.facebook.com/apyeufpa/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BANIWA, G. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BRAGA, G. S.; CARDOSO, D. M. Epistemologias insurgentes: indígenas nas universidades. In: I Fórum Internacional Indígenas Na História, 2021, Maranhão. *Anais do I Fórum Internacional Indígenas na História*. Pinheiros - SP: CBL, 2021.

BRAGA, G. S.; CARDOSO, D. M. Resistir para existir: estratégias de indígenas discentes para concluir o ensino superior em cursos de graduação. In: IX Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: etnocídio e as estratégias de resistência, 2021, Campo Grande. *Anais do IX Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: etnocídio e as estratégias de resistência*. Campo Grande, MS: UCDB, 2021a. p. 285-294.

BRAGA, G. S.; CARDOSO, D. M. Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 362-382, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/64005>. Acesso em: 16 out. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64005>.

BRAGA, G. S.; FERREIRA, A. N.; CARDOSO, D. M. Juventude indígena e movimentos sociais: resistência e luta por direitos. In: ROST, A. L.; RAMOS, C. S.; TISATTO, C. A.; AMORIM, G. C. (Org.). *Repensando as Políticas Públicas: Desafios dos Direitos Sociais e Comunitários na Atualidade*. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, v. 1, p. 327-338. Acesso em: 16 out. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22350/9786559174348>.

BERGAMASCHI, M. A. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. *Tellus*, [S. l.], n. 26, p. 11-29, 2015. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/297>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*, Brasília, DF, 29 ago. 2012.

DE LA CADENA, M. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, Campinas, SP, v. 2, p. e019011, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/13404>. Acesso em: 16 out. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/maloca.v2i.13404>.

Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos (CIAC). *Dados Sobre Discentes Indígenas na UFPA (2010-2020)*. UFPA, 2020.

FERNANDES, E. A. *Políticas afirmativas para povos indígenas: sob o olhar dos protagonistas*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LEWGOY, B. A invenção da (ciber)cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. *Civitas (Porto Alegre)*, v. 9, p. 185-196, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/144052>. Acesso em: 16 out. 2024.

MILLER, D. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. *Blog do Sociófilo*, 23 de mai. 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MOLINA, L. P. Lutar e habitar a terra: um encontro entre autodemarcações e retomadas. *Revista de Antropologia da UFSCar*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 15-35, 2017. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/178>. Acesso em: 16 out. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.52426/rau.v9i1.178>.

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012. Coleção Educação em foco.

RESSUREIÇÃO, S. B. *Jovens indígenas universitários: experiências de transições e etnogênese acadêmica nas fronteiras interculturais de desenvolvimento*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 442-464, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 16 out. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>.